

DE MAL A PIOR: COMO A REAÇÃO INTERNACIONAL À CRISE CENTROAFRICANA APROFUNDOU-A FROM BAD TO WORSE: HOW THE INTERNATIONAL REACTION TO THE CENTRAL AFRICAN CRISIS DEEPENED IT

Pedro Henrique L. do Nascimento*

Resumo: Com a possibilidade de que o Brasil mande tropas à Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização da República Centroafricana (MINUSCA) e se torne mais um ator internacional na República Centroafricana, este artigo traz reflexões sobre as falhas na mediação do conflito que tomou o país e os persistentes problemas no campo da segurança doméstica. A prática de *forum shopping* foi identificada nos meses iniciais da crise, o que intensificou a fragmentação do conflito e da resposta da comunidade internacional. A contenda se desenvolveu para uma guerra civil com elementos etnorreligiosos e uma grave situação humanitária. Também foram identificados vários problemas estruturais que dificultarão a realização do mandato da missão paz das Nações Unidas.

Palavras-chave: República Centroafricana. MINUSCA. Manutenção da paz. Guerra civil. Forum shopping. Armadilha de conflito.

Abstract: With the possibility of Brazil sending its troops to MINUSCA and becomes another international actor in the Central African Republic, this article presents reflections on the flaws of conflict mediation so far and the persistent problems in its domestic security. The practice of forum shopping was identified in the initial phases of the crisis, which intensified conflict fragmentation and the response from the international community. The feud developed itself into a civil war with ethno-religious elements and a severe humanitarian situation. Also, it was possible to identify various structural problems which hinder the implementation of the UN peacekeeping mandate.

Keywords: Central African Republic. MINUSCA. Peacekeeping. Civil war. Forum shopping. Conflict trap.

* Pedro Henrique L. do Nascimento é mestre em Estudos da Paz Internacional pela Universidade para a Paz, a organização universitária intergovernamental estabelecida pela Assembleia Geral das Nações Unidas, e bacharel em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília. Atualmente trabalha como voluntário no Comitê Nacional para os Refugiados, no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

1 Introdução

Após 13 anos servindo na missão de paz no Haiti, o Brasil estuda enviar seus combatentes para outra força de paz internacional, desta vez no continente africano. O Ministro da Defesa Raul Jungmann anunciou o envio de um contingente de 1.000 homens para a Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização da República Centroafricana (MINUSCA, em seu acrônimo em francês). O objetivo é ter um brasileiro no comando da missão e aumentar a influência e projeção nacionais através da participação desses esforços (TREVISAN, 2017). Até a submissão do presente artigo, a proposta ainda precisava ser aprovada pelo Congresso Nacional.

O Ministro das Relações Exteriores Aloysio Nunes Ferreira é mais cauteloso em comentar o assunto. Ele avalia que a situação na República Centroafricana (RCA) é muito mais séria que a do Haiti e que há um risco muito maior de confronto e morte de brasileiros. Características ligadas às distâncias geográfica e cultural são outros fatores que dificultam o consenso na política nacional sobre essa decisão (ROSA, 2017).

O chanceler não está errado. Caso o Brasil decida ir em frente com essa decisão, deve levar em consideração um número de dinâmicas locais que serão fatores de riscos para brasileiros, assim como levar em consideração os fracassos de outros países que tentaram estabilizar a RCA. O presente trabalho tem por objetivo analisar os erros da resposta imediata ao início da crise, entre fins de 2012 e começo de 2013, suas consequências e a atual conjuntura que tropas brasileiras poderão enfrentar.

Para isso, a próxima sessão abordará uma das chaves fundamentais para uma mediação efetiva de crises: coerência, coordenação e complementaridade. A seguinte apresentará os antecedentes da Guerra Civil Centroafricana até o Golpe de Estado de 2013. As respostas dos diferentes países e órgãos internacionais e a sua (falta de) cooperação será o assunto da quarta sessão, enquanto a história política do que aconteceu desde então será descrita na quinta. Por fim, antes da conclusão, os principais problemas que persistem na RCA e que são barreiras para a realização efetiva do mandato da MINUSCA serão explicados.

2 Coerência, coordenação e complementariedade

Em 2009, em um relatório endereçado ao Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), o Secretário-Geral Ban Ki Moon (apud UNSC, 2009, p. 6) advertiu à comunidade internacional sobre os perigos de uma mediação de crises fragmentada. Se múltiplos atores competem pelo papel de mediador, as partes envolvidas na disputa podem buscar a instância que mais lhes convém e usar os intermediários uns contra os outros. Uma resposta internacional fracionada, diz o relatório, reforça a fragmentação do conflito e complica ainda mais a sua resolução. Ele nomeou esse fenômeno de *forum shopping*.

Ban (apud UNSC, 2009, p. 6) apelou para que a comunidade internacional tomasse medidas a fim de que um único mediador-líder fosse escolhido com base em qual ator tivesse as maiores vantagens comparativas em cada circunstância. Ele também adicionou que esforços de

mediação falhos aumentam a intratabilidade do conflito ao fazerem com que as partes percam a crença em soluções pacíficas e duvidem da utilidade da intermediação.

Esta ideia foi incorporada como uma chave fundamental ao Guia de Mediação Efetiva da Organização das Nações Unidas (ONU) sob o nome de “coerência, coordenação e complementaridade”. Os termos se referem à necessidade de abordagens pactuadas, mensagens consistentes às partes em conflito e uma clara divisão do trabalho entre atores de mediação operando em diferentes níveis. A ONU, organizações regionais, sub-regionais, Estados e outros atores nacionais e internacionais podem, cada um, contribuir de maneiras diferentes para a administração de crises. Contudo, essa mesma diversidade coloca a missão em risco de objetivos cruzados e *forum shopping*. A isso se explica a preferência por um único mediador-líder e constantes consultas entre os agentes envolvidos no processo (UNGA, 2012, p. 29-30).

Infelizmente, como mostram os capítulos seguintes, nada disso foi observado entre os Estados e instituições regionais e sub-regionais durante a crise política da RCA entre 2012 e 2013, especialmente durante o segundo avanço do grupo Séléka e a subsequente tomada de poder à força.

3 A crise centroafricana e suas origens

Desde a Operação Barracuda – a ação militar, organizada pelas Forças Armadas Francesas em 1979, para depor o tirano Imperador Bokassa I do Império Centroafricano e reinstalar o Presidente David Dacko – um novo capítulo da história do país foi aberto. A primeira característica da reinaugurada república foi a sua dependência na França para segurança e expertise governamental (ICG, 2010, p. 7).

A impopularidade de Dacko fez com que ele renunciasse em nome do então-Chefe de Gabinete das Forças Armadas Centroafricanas (FACA), General André Kolingba. Este novo presidente era de origem Yakoma e, portanto, se tornou o primeiro líder do país que não era etnicamente M’Baka. Isso nos leva à segunda principal característica da política centroafricana após a Operação Barracuda: o favorecimento étnico nas forças de segurança. Após 20 anos de governo Kolingba, 70% do exército era de origem Yakoma, mesmo que esse grupo compusesse menos de 5% da população do país (ICG, 2007, p. 6-8; O’TOOLE, 1982, p. 142-144).

Desde então, cada tentativa fracassada de golpe de Estado era acompanhada de uma punição coletiva a todo grupo étnico a que o golpista pertencia. Da mesma maneira, cada ascensão ao poder – seja através da força ou, raramente, de eleições – era seguida de uma renovação da Guarda Presidencial e da FACA para que houvesse uma maior representação da etnia do novo presidente. Mais e mais, o aparelho de segurança da RCA se assemelhava a uma milícia tribal (ICG, 2007, p. 8-13; MEHLER, 2009a, p. 10-11).

A última troca de poder, antes da atual crise, foi o Golpe de Estado de 2003, no qual o ex-Chefe de Gabinete da FACA, François Bozizé, organizou uma rebelião contra o governo de Ange-Félix Patassé com a ajuda de Estados vizinhos.¹ O exército centroafricano e as

¹ Cooperação regional em segurança com o Presidente Patassé se tornou cada vez mais difícil nos anos que precederam o Golpe de Estado de 2003 e, por isso, os vizinhos contribuíram com sua deposição. O Presidente

forças regionais de manutenção da paz não resistiram quando Bozizé e seu exército “libertador” marcharam sobre a capital Bangui. Logo, ele foi reconhecido como presidente e preencheu os altos cargos do governo e exército com familiares e membros do seu próprio grupo étnico, os Gbaya (ICG, 2007, p. 13-25; MEHLER, 2009a, p. 12).

Com transbordamentos da Guerra Civil Chadiana e da Guerra de Darfur, a situação da RCA se tornou mais instável durante no início do presente século. Entre 2004 e 2008, vários grupos rebeldes organizaram motins no país, especialmente na região mais ao norte. Alguns grupos rebeldes eram de origem Sara, a mesma do desapossado Presidente Patassé; porém outros eram os mesmos soldados “libertadores” que levaram Bozizé ao poder (DEBOS, 2008, p. 228; ICG, 2007, p. 17-29). Por fim, o governo e a maioria dos movimentos rebeldes assinaram o frágil Acordo Compreensivo de Paz de Libreville, de 2008. No ano seguinte já havia relatos de episódios de violência esporádica em desrespeito ao pacto (Mehler, *Reshaping Political Space? The Impact of the Armed Insurgency in the Central African Republic on Political Parties and Representation*, 2009b, p. 14).

Um dos líderes das insurgências dos anos 2000 foi um ex-funcionário público chamado Michel Djotodia. Em 2012, ele formou uma aliança frouxa de grupos rebeldes chamada de Séléka – palavra que, na língua local Sango, significa coalizão (PROFILE, 2014a). Os combatentes eram, em sua maioria, homens quase exclusivamente muçulmanos de várias etnias do norte da RCA, além de mercenários de origem chadiana e darfuriana (ICG, 2013a, p. 6-7).

À medida que tropas Séléka avançavam, Bozizé buscou por ajuda externa para defender-se. A França aumentou sua presença militar, mas sem se envolver no conflito. Por outro lado, a Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC) tomou uma atitude mais ativa. A organização imediatamente enviou tropas do seu braço militar, a Força Multinacional da África Central (FOMAC), para a Missão que objetiva a Consolidação da Paz na África Central (MICOPAX) (ICG, 2013a, p. 8-11).

O bloco também mediou negociações de paz entre rebeldes e governo, que culminaram com a assinatura do Acordo de Libreville, de 11 de janeiro de 2013 (DABANY, 2013). No novo compromisso, um cessar-fogo foi estabelecido e a missão de monitorá-lo foi confiada à MICOPAX. Politicamente, o acordo delimitava um governo de transição, em que seria permitido que Bozizé permanecesse na presidência até as eleições de 2016, que ele não concorreria (ICG, 2013a, p. 13). Talvez seja importante notar que Bozizé havia feito a mesma promessa após o Golpe de 2003; porém, a quebrara, concorrera às eleições de 2005 e permaneceu na presidência desde então (ICG, 2007, p. 17).

Ademais, os líderes Séléka ganharam cinco ministérios, incluindo o da defesa; enquanto Bozizé teve o cuidado de manter seus aliados mais próximos em pastas-chave, mantendo controle firme da justiça, relações exteriores e recursos naturais. O cargo de Primeiro-Ministro do governo de união nacional foi dado a um político nomeado pela oposição democrática e aprovado pelos rebeldes: Nicolas Tiangaye (ICG, 2013a, p. 11-15).

chadiano Idriss Déby forneceu pessoal militar a Bozizé; o Presidente da República Democrática do Congo Joseph Kabila proveu armas; o Presidente da República do Congo Denis Sassou Nguesso financiou a rebelião; e o Presidente Omar Bongo do Gabão deu sua benção à operação como o líder regional sênior. A França enviou seu exército para proteger seus nacionais, mas se recusou a intervir (ICG, 2007, p. 16).

Não demorou muito para a paz demonstrar sua fragilidade. Líderes Séléka que não compuseram o governo de transição estabelecido por Libreville ² denunciaram o acordo e continuaram a campanha militar. As facções combatentes exigiam sua integração ao exército e a libertação de prisioneiros políticos. Como resposta, grupos leais ao presidente se rearmaram e Bozizé anunciou sua candidatura às eleições de 2016 durante a celebração do décimo aniversário de sua chegada ao poder (ICG, 2013a, p. 14-15).

Ao falhar o compromisso e ser derrotado nos campos de batalha, o governo se viu sem o apoio dos chefes de Estado da CEEAC. Quando as tropas da Séléka marcharam sobre Bangui no dia 24 de março de 2013, a MICOPAX não reagiu. Bozizé fugiu para Camarões, deposto da mesma maneira em que chegou ao poder. Enquanto isso, Djotodia se autodeclarou presidente da RCA, o primeiro muçulmano da história do país. Ele também dissolveu a Assembleia Nacional, que era dominada pelo partido governista Kwa na Kwa (KNK), e passou a governar por decreto (GLOBAL WITNESS, 2015, p. 9; ICG, 2013a, p. 12-16).

4 A descoordenada reação ao golpe de 2013

4.1 Chade

Graças à exploração de suas zonas ricas em petróleo, especialmente em sua região sul, o Chade do Presidente Idriss Déby conseguiu erguer suas capacidades militares e se sustentar como uma força regional na África Central (DUCKSTEIN, 2014). A sua maior preocupação, então, é a possibilidade de que o conflito centroafricano transborde e afete a região mais rentável do país (ICG, 2009, p. 3). Com esse objetivo em mente, o Chade adotou posicionamentos ambíguos no transcorrer da crise.

O apoio de Déby foi essencial para Bozizé chegar ao poder em 2003 e a guarda presidencial deste até incluía pessoal militar provido por aquele. O apoio foi se dissipando gradualmente por disputas envolvendo o tratamento de comerciantes chadianos em Bangui e a incapacidade de Bozizé em combater a instabilidade crônica da RCA. Com a desconfiança crescendo entre os dois durante a crise, os membros chadianos da guarda presidencial centroafricana foram dispensados e o Chade decidiu soltar membros da Séléka que estavam sobre prisão domiciliar em sua capital N'Djamena (ICG, 2013a, p. 8-9).

Com isso, há suspeitas de que o governo de Déby estabeleceu contatos com os rebeldes e que ele autorizava e desautorizava seus avanços, controlando a situação política e militarmente em seu favor (DUCKSTEIN, 2014). Bozizé (apud CENTRAFRIQUE..., 2013) externou essas suposições depois de ser removido do poder. Não surpreendentemente, N'Djamena nega o envolvimento (ICG, 2013a, p. 9).

4.2 A Comunidade Econômica dos Estados da África Central

Nos anos que precederam a sua queda, Bozizé também perdeu os favores de seus outros pares na CEEAC. Quando a saúde do ex-presidente Patassé deteriorou-se, os presidentes da

² Por motivos de clareza, referir-se-ão ao Acordo Compreensivo de Paz de Libreville de 2008 como Libreville 1 e ao Acordo de Libreville de 11 de janeiro de 2013 como Libreville 2.

República do Congo e da Guiné Equatorial pediram à RCA que o deixasse viajar a Malabo, capital equatoguineense, para exames e tratamento médico. Por duas vezes o pedido foi negado e, quando finalmente aceito, Patassé faleceu durante o traslado. Essa atitude irritou Brazzaville e Malabo (BALDÉ, 2011; ICG, 2013a, p. 9).

As relações com o Gabão foram prejudicadas quando, na votação para presidente da comissão da União Africana (UA), Bangui apoiou a candidata sul-africana, Dra. Nkosazana Dlamini-Zuma, ao invés da reeleição do gabonês Jean Ping (ICG, 2013a, p. 9). O Caso Ntsimi também contribuiu para o isolamento de Bozizé na região. Na ocasião, o camaronês Antoine Ntsimi buscava a reeleição para a presidência da comissão econômica e monetária da CEEAC em um momento que a RCA postulava um candidato centroafricano para a posição. Bozizé ordenou que Ntsimi fosse impedido de entrar em Bangui, onde a comissão que ele preside tem sua sede. O caso severamente irritou o governo dos Camarões (SOUDAN, 2012).

Diante do primeiro avanço Séléka, em dezembro de 2012, os chefes de Estado da CEEAC se reuniram em caráter emergencial em N'Djamena para orquestrar a reação política e militar, que resultou no envio de tropas FOMAC e no acordo de paz – já mencionados na sessão anterior. No entanto, a MICOPAX não cumpriu o seu mandato de monitoramento e o Chade reduziu criticamente a sua presença militar em Bangui após a assinatura de Libreville 2. A falta de compromisso da organização sub-regional com a proteção e manutenção do governo Bozizé se tornou clara no Golpe de 2013 (ICG, 2013a, p. 11-13).

Após a tomada de poder à força por Djotodia, a CEEAC adotou uma postura pragmática e não questionou a legitimidade do novo governo. Assim, a RCA saltou de um governo de transição a outro, desta vez sob o comando de um líder Séléka (ICG, 2013a, p. 16-18; 2013b, p. 5-6).

4.3 África do Sul

O pânico do presidente centroafricano no começo da crise também o fez procurar por ajuda em outras partes do continente. Os governos da África do Sul, Angola, Nigéria e Uganda foram contatados, mas o único a responder foi o de Pretória (ICG, 2013a, p. 10).

O envio de soldados sul-africanos para Bangui foi justificado com base em um acordo bilateral de cooperação militar assinado entre os dois países em 2007. Contudo, o público doméstico não viu com muita clareza os objetivos de interesse nacional que poderiam ter levado a África do Sul a responder a um chamado fora da África Austral, normalmente considerada sua área de influência, ainda mais sem nenhuma consulta prévia à CEEAC. Um porta-voz do Ministério das Relações Exteriores sul-africano defendeu que a ação tinha como propósito resolver problemas africanos com soluções africanas, sem intervenção externa (POWELL, 2013).

Quando treze soldados sul-africanos morreram durante a tomada de Bangui, o Presidente Jacob Zuma³ enfrentou bastante oposição interna e questionamentos no parlamento e na mídia sobre o objetivo do envio de tropas. O analista político David Zounmenou (apud CAR: CHAOS

³ Em uma nota mais voltada à vida pessoal dos personagens dessa trama, Jacob Zuma é o ex-marido da Dra. Nkosazana Dlamini-Zuma.

..., 2013) avalia que a opinião pública sul-africana crê que a motivação por trás da ação militar está relacionada com interesses pessoais de membros do partido governante no setor de extração mineral centroafricano. Pouco depois do Golpe de 2013, a África do Sul retirou suas tropas (AMABHUNGANE REPORTERS, 2013; POLGREEN; SAYARE, 2013).

4.4 A União Africana

A demora da CEEAC em começar suas atividades de monitoramento do cessar-fogo estabelecido por Libreville 2 preocupou a UA. Dlamini-Zuma, então na liderança da organização regional, chamou a atenção para o problema e convocou os Estados centro-africanos a continuarem seus esforços de paz na RCA (AU, 2013).

Enquanto a CEEAC reagiu ao Golpe de 2013 de maneira pragmática, a UA respondeu com base em seus princípios. Mais especificamente, esta se guiou pela Declaração de Lomé de 2000, que convoca a organização e seus membros a condenarem mudanças inconstitucionais de governo e transmitirem uma mensagem inequívoca aos golpistas que, sob nenhuma circunstância, suas ações ilegais serão toleradas ou reconhecidas pela organização regional e seus membros (AU, 2000).

Em decisão aprovada em um encontro de seu Conselho de Paz e Segurança, a UA suspendeu a RCA da organização e impôs sanções aos líderes Séléka, incluindo restrições a viagens internacionais e o congelamento de ativos no estrangeiro. Entre os alvos das sanções estava o autodeclarado presidente Djotodia (PSC, 2013a). A UA se tornou a única organização internacional a optar por medidas severas contra a Séléka (GLOBAL WITNESS, 2015, p. 9). No entanto, as sanções foram violadas um número de vezes, com vários países africanos recebendo o novo líder do país em visitas oficiais e continuando o diálogo internacional para assegurar a continuação da transição (ICG, 2013b, p. 5).

4.5 França

No início da crise, ainda em dezembro de 2012, um grupo de manifestantes ligados à juventude KWK organizou um protesto e atacou com pedras a embaixada francesa em Bangui, demandando uma intervenção militar da antiga metrópole (NGOUPANA; LEWIS, 2012). No dia seguinte, Bozizé pediu desculpas pelo incidente, mas reiterou o pedido de ajuda aos “primos franceses” (CENTRAL..., 2012).

O Presidente François Hollande respondeu que a reação francesa seria uma política de neutralidade vigilante: a presença militar no país seria aumentada apenas para proteger cidadãos franceses e não para defender o regime. Adicionou também que a *Françafrique* – a era de intervenções francesas na África – já havia acabado e que não se envolveria no conflito, salvo se o vizinho Chade intervisse (CHÂTELOT, 2012). A aliança entre Paris e N’Djamena se solidificava e se tornaria ainda mais forte depois que as tropas chadianas provaram-se experientes e importantes na intervenção conjunta contra grupos jihadistas no norte do Mali⁴ (DUCKSTEIN,

⁴ Não deixa de ser irônico que a *Françafrique* tenha sido anunciada como já encerrada enquanto a França se preparava para uma intervenção no Mali. A diferença na resposta da ex-metrópole aos pedidos dos dois países africanos provavelmente se explica pela ligação terrorista dos rebeldes malês .

2014). Após o golpe, as tropas francesas se responsabilizaram por proteger o aeroporto de Bangui, a principal conexão do país com o resto do mundo (ICG, 2013b, 7).

4.6 As cúpulas de N'Djamena

Em abril de 2013, cúpulas foram organizadas na cidade de N'Djamena para debater a crise centroafricana. Ali, a rivalidade institucional entre a CEEAC e a UA se tornou evidente. A organização regional queria uma posição mais dura de isolamento diplomático contra os golpistas com o objetivo de desestimular outros grupos rebeldes a atacarem capitais nacionais em busca de legitimidade e reconhecimento internacional. Enquanto isso, os vizinhos imediatos da RCA temiam que a exigência da destituição de Djotodia levasse a um impasse nacional e maior instabilidade (ICG, 2013b, p. 16).

Depois da usual condenação ao golpe de Estado por todas as partes, o encontro chegou a um compromisso através da Declaração de N'Djamena. Esta permitiu que a CEEAC oficialmente reconhecesse o novo governo ao mesmo tempo em que reafirmava Libreville 2 como um eixo central para a transição, com algumas atualizações. Djotodia seria impedido de participar nas próximas eleições, o período transicional seria diminuído de três anos para 18 meses, o Primeiro-Ministro Tiangaye não poderia ser retirado do seu cargo e um Conselho Nacional de Transição (CNT) substituiria a Assembleia Nacional e seria responsável por escrever uma nova constituição (ECCAS, 2013).

Ao mesmo tempo em que as negociações internacionais se desenrolavam, domesticamente iniciou-se uma reforma ministerial. Assim como o governo de transição anterior, Djotodia montou um gabinete de união nacional, no qual as pastas-chave foram deixadas nas mãos de seus aliados mais próximos. Também aumentou o número de parlamentares na CNT em 25%, sem eleições, tornando-a mais favorável a ele (CENTRAFRIQUE..., 2013). Isso trouxe líderes rebeldes das partes do país de maioria muçulmana para o governo, alterando o equilíbrio geoétnico e religioso da política nacional e causando medo na população (ICG, 2013a, p. 17-18).

5 Os resultados: o que aconteceu desde então?

Ainda que a queda de Bozizé tenha sido comemorada por alguns residentes de Bangui no dia do golpe, uma série de atrocidades na capital se seguiu à tomada de poder pelas facções Séléka. Combatentes fora de controle pilharam a cidade, com os distritos Gbaya sendo os principais alvos. Em busca de legitimidade internacional e para desassociar sua imagem com a do grupo, Djotodia dissolveu a coalizão (CENTRAFRIQUE..., 2013). Os senhores de guerra ex-Séléka, então, passaram a preencher vácuos de poder pela RCA (ICG, 2013a, p. 18-19; 2013b, p. 3).

Em reação aos crimes cometidos em massa pelos soldados que tomavam o país, a maioria dos quais eram muçulmanos, as comunidades cristãs e animistas formaram milícias de autodefesa denominadas anti-balaka⁵. Na prática, no entanto, elas atacam comunidades mulçumanas como

⁵ O nome é uma abreviação da expressão em Sango *anti-balles à ti laka* que significa “antibala de AK47” e é uma referência aos amuletos grigris, que fornecem proteções mágicas a quem o usa, de acordo com crenças tradicionais africanas da região.

um ato de vingança da violência ex-Séléka (ICG, 2013b, p. 3). Assim, a violência sectária evoluiu e uma limpeza étnica de comunidades islâmicas em áreas dominadas por milícias anti-balaka começou (AMNESTY INTERNATIONAL, 2015).

Nesse ponto, tornou-se claro que nem a FACA e nem as tropas da FOMAC eram capazes de parar a violência. O Conselho de Paz e Segurança (PSC, 2013b, p. 1-2) da UA decidiu pela substituição da MICOPAX e pela criação da sua própria Missão Internacional de Apoio à República Centrafricana sob Liderança Africana (MISCA). A transferência de mandato de uma missão para outra foi requerida por uma resolução do CSNU (UNSC, 2013, p. 7) apoiada pela França. Mais uma vez a rivalidade institucional CEEAC-UA se mostrou presente com os constantes adiamentos na transmissão de autoridade (ICG, 2013, p. 7).

Com o fracasso da manutenção da paz, a CEEAC passou a pressionar para que Djotodia renunciasse; o que ele e Tiangaye fizeram em conjunto, em janeiro de 2014, durante uma reunião de cúpula do grupo sub-regional (NAKO; NGOUPANA, 2014). A liderança de um novo governo de transição – o terceiro em um período de um ano – foi negociada pelo CNT. Ao fim, escolheram Catherine Samba-Panza, uma empresária e prefeita de Bangui sem conexões com nenhuma das partes do conflito violento, para exercer o papel de presidenta interina (CENTRAL..., 2014).

Em sua Resolução 2149, o CSNU (UNSC, 2014) congratulou a escolha da nova liderança e criou um mandato mais robusto para a MINUSCA. A autoridade e responsabilidade pela manutenção da paz foram transferidas da MISCA para a recém-criada missão sob a égide da ONU. A União Europeia também enviou sua própria força militar, com autorização do CSNU.

Como prometido, Samba-Panza organizou eleições nacionais para a formação de um novo governo. O candidato independente Faustin-Archange Touadéra, um ex-primeiro-ministro do regime de Bozizé, foi eleito e o poder foi transferido pacificamente para ele (BENN, 2016). A UA congratulou a execução do processo eleitoral, que, contrariando expectativas, ocorreu sem episódios de violência e readmitiu o país em sua organização, quebrando o impasse diplomático que já durava três anos (AFP, 2016).

O enfoque da administração Touadéra, desde então, tem sido segurança e justiça. Ele tem enfatizado que a reconciliação não pode ser alcançada tendo como custo a impunidade. O novo governo vem cooperando com o Tribunal Internacional Penal para investigar crimes de guerra e crimes contra a humanidade cometidos no país desde 2003 (Mudge, 2017).

O progresso, no entanto, tem sido lento. O país ainda possui um sistema judiciário fraco, com graves falhas em proteção de vítimas e testemunhas (Mudge, 2017). No quesito segurança, a principal característica da era Touadéra é o surgimento de mais um grupo rebelde – o Retorno, Reclamação e Reabilitação (3R) –, que se autodenomina uma milícia de autodefesa das comunidades pastoris muçulmanas contra os ataques anti-balaka (ESSA, 2016).

6 Os desafios presentes

Touadéra tem um dos mais difíceis empregos do mundo atual. Os problemas do seu país são profundos e envolvem complicados aspectos políticos, econômicos, humanitários, sociais, demográficos e etnorreligiosos. Manter-se no poder enquanto tenta seguir com sua agenda de

justiça e segurança requererá um delicado balanceamento de forças domésticas e regionais em circunstâncias bastante voláteis.

A MINUSCA também tem um difícil trabalho pela frente. Tráfico de armas e recursos naturais, grupos rebeldes, redes criminosas, tensões étnicas e religiosas a nível político e comunitário, além de outros fatores, atrapalharão seu mandato de manutenção da paz, proteção de civis e agentes humanitários e promoção dos Direitos Humanos. Esta também deverá colaborar com o governo da RCA em apoio à execução de programas de desarmamento, desmobilização, reintegração e repatriação de ex-combatentes, reforma do setor de segurança e cumprimento da justiça e do império da lei (UNSC, 2014, p. 7-11). Abaixo segue um pequeno trabalho exploratório dos principais desafios desses objetivos.

6.1 A armadilha de conflito

A RCA apresenta todos os sintomas clássicos da armadilha de conflito, fenômeno político em que fatores socioeconômicos de um país tornam-no propenso à guerra civil (COLLIER, 2006, p. 32-33). Isso significa que a chegada ao poder através de meios democráticos por Touadéra não resolverá por si só os profundos problemas do país. Mesmo que ele represente uma nova liderança política diferente das personalidades autoritárias – e até mesmo excêntricas – que governaram a RCA anteriormente; isso não bastará para modificar características que contribuem para a fragilidade da sociedade centroafricana.

Uma dessas características é a dependência econômica na exportação de produtos primários – como diamantes, ouro, madeira, alumínio, ferro e outros (OEC, n.d.). A disponibilidade destes recursos naturais faz com que rebeliões possam se financiar mesmo antes de conseguirem derrubar o governo (COLLIER, 2009, p. 126). Não à toa, as lideranças Séléka foram estratégicas em seu plano de ação, tomando o controle de zonas de extração madeireira, marfim e depósitos de pedras preciosas (Global Witness, 2015, p. 10).

A ligação entre recursos naturais e guerra civil não é algo novo no cenário internacional. O Processo Kimberley (2013), responsável por monitorar o fenômeno dos diamantes de sangue, suspendeu a RCA da participação do comércio legal da pedra preciosa logo após o golpe de 2013. A iniciativa não é perfeita, já que há maneiras ilegais de mover os diamantes para fora do país; mas a mesma atenção não é dada para outros produtos primários. Um exemplo claro é a madeira, que se tornou o principal produto de exportação legal durante a guerra. Após o derretimento das forças estatais, empresas extrativistas de origem chinesa, francesa e libanesa têm contratado soldados ex-Séléka e anti-balaka para fornecer-lhes proteção, o que financia estas milícias (GLOBAL WITNESS, 2015).

A demografia centroafricana – especificamente a disponibilidade de homens jovens que podem ser recrutados como soldados – é outra característica que prende o país na armadilha de conflito. A porcentagem da população que é do sexo masculino e com idade entre 15 e 29 anos teve seu ápice em 2013, demonstrando 14,4% (NASCIMENTO, 2017, p. 55).

Por fim, a pobreza e a falta de perspectiva de melhoria das condições de vida são elementos cruciais dessa armadilha. Baixos índices de renda *per capita*, de crescimento econômico

e de educação formal são indicadores que se correlacionam com a incidência de conflito armado (COLLIER, 2009, p. 123-127; COLLIER; HOEFFLER, 2004, p. 574; FEARON; LAITIN, 2003, p. 83). Todos são elementos encontrados na RCA, especialmente nas partes predominantemente muçulmanas, no extremo-norte do país (NASCIMENTO, 2017, p. 55-58), onde todas as revoltas desde 2003 começaram. A guerra, por sua vez, destrói a economia, diminui o rendimento das famílias e faz com que seja ainda mais difícil com que crianças frequentem a escola, formando um círculo vicioso.

6.2 Grupos rebeldes: agenda superficial e liderança impossível

As principais reivindicações da Séléka no começo da sua revolta em 2012 eram o desenvolvimento da região norte da RCA e maior representatividade para muçulmanos em postos de governo. Como visto na terceira sessão do presente artigo, algumas facções da coalizão continuaram a avançar pelo país mesmo após a reforma ministerial que acompanhou Libreville 2.

A Presidenta Samba-Panza tentou endereçar essa questão escolhendo um político mulçumano não ligado a grupos violentos como seu primeiro-ministro (BBC, 2014b). A reação ex-Séléka foi rejeitar a nomeação e mudar sua agenda para a defesa de comunidades mulçumanas em áreas dominadas por anti-balaka. Um senhor de guerra até articulou a partição da RCA e declarou a independência da República de Logone – ou República de Dar el Kout⁶ – no norte do país (ICG, 2015, p. 9-19).

Ademais, desde que Djotodia dissolveu a coalizão, rivalidades entre os líderes ex-Séléka e disputas por recursos naturais causaram a total implosão do grupo. A falta de alinhamento não é apenas entre diferentes facções, mas também entre os diferentes comandos militares e seus respectivos representantes políticos. Não é raro que porta-vozes de líderes ex-Séléka sejam demitidos durante negociações de paz (ICG, 2015, p. 7-9).

Tudo isso aponta para a superficialidade da agenda política desses movimentos. As políticas que eles discutem, por mais que sejam baseadas em problemas verdadeiros, não são mais do que uma fachada para a continuação da rebelião, que se tornou uma empreitada lucrativa. O argumento é reforçado ao observar-se que os mesmos “libertadores” que levaram Bozizé ao poder se armaram contra ele e os líderes seguintes, nunca deixando de fato a oposição armada.

Do lado animista-cristão, a situação não é muito diferente. O termo anti-balaka não descreve um movimento político-militar centralizado, mas é usado como um adjetivo para uma variedade de grupos com origens diferentes e afiliações políticas tênues. Esses também se laçam em disputas de poder e recursos naturais entre si, baseando-se principalmente em identidades regionais. A falta de uma estrutura de comando centralizada compromete a realização de qualquer acordo de paz (ICG, 2015, p. 9-11).

Nessas condições, negociações de paz não são somente infrutíferas; elas são perigosas. Uma atitude recorrente da comunidade internacional frente a rebeliões, particularmente aquelas

⁶ Logone é o nome de um rio que corta a RCA e o Chade, enquanto Dar el Kout é referência a um sultanato islâmico que controlava a mesma região antes da colonização francesa (BRADSHAW; FANDOS-RIUS, 2007).

que se autodeclararam representantes de minorias nas instâncias de poder, é a imposição de um processo de solução de conflitos através de *power-sharing agreements*. Nestes, tenta-se acomodar a parte violenta do conflito ao incorporarem-se combatentes nas forças de segurança e líderes no gabinete político, a fim de responder às suas demandas. Exatamente essa foi a estratégia de Libreville 1 (MEHLER, 2009b, p. 14-21).

O resultado prático é que se criam precedentes que recompensam o comportamento agressivo. Atores locais aprendem rapidamente que a única maneira de chegar ao poder ou de proteger suas comunidades locais é através do uso da violência. Com isso, atores políticos não violentos perdem espaço e recebem incentivos para abandonar sua postura pacífica (MEHLER, 2009b, p. 14; UNGA, 2012, p. 11). A ascensão ao poder de Touadéra através de eleições e a sua ênfase em não deixar com que a reconciliação se sobreponha à justiça é um passo na direção certa, mas ainda levará tempo para que incentivos para a paz se consolidem.

6.3 Lideranças irracionais? Paranoia e incompetência como ferramentas de sobrevivência

A queda de líderes centroafricanos é muitas vezes narrada como uma história de homens autoritários se comportando de maneira autodestrutiva, prejudicando as relações com atores domésticos e externos por paranoia e deteriorando a própria segurança por incompetência (ICG, 2007; 2013a). No entanto, é possível que esse padrão de comportamento seja feito por autopreservação e que haja cálculos perfeitamente racionais por trás deles.

Bozizé, por exemplo, debilitou as FACA através de corrupção de seus recursos, nepotismo e discriminação no seu processo seletivo com base em características étnicas (ICG, 2013a, p. 4-5). Nada disso foi feito por engano: ele mesmo explicou sobre suas forças de segurança que “se você lhes der todos os equipamentos que eles pedem, tenha certeza de que em dentro de apenas quatro horas eles organizarão um golpe contra mim” (BOZIZÉ apud BALDÉ, 2012). A incompetência na administração do setor de segurança é a única maneira que ele encontrou para evitar que seus próprios generais o enfrentassem. A consequência não intencional foi que, ao ser surpreendido pelo avanço Séléka, se viu obrigado a defender seu regime com um exército enfraquecido (ICG, 2013a, p. 5).

Da mesma forma, paranoia pode ser bastante racional (FIGUEIREDO; WEINGAST, 1999). Dadas as características étnicas das dinâmicas políticas da RCA e seus ciclos de perseguição contra os grupos dos presidentes destituídos desde o governo Kolingba, a luta por sobrevivência é bastante literal. A consequência da perda do cargo não é apenas a ameaça à vida do líder, mas também à sua família, vila natal e grupo étnico e cultural. Nessas condições, a confiança tem um alto custo.

É bem provável que Touadéra enfrente os mesmos dilemas nos próximos anos e ainda deve-se esperar para saber qual será sua atitude frente a ameaças à sua posição de poder. Porém, é importante para a MINUSCA e seu comando estarem conscientes desses incentivos perversos, pois eles podem entrar no caminho de uma efetiva realização do seu mandato.

6.4 Violência comunal

Não se pode assumir que as partes do conflito violento representem o público mais amplo para o qual elas dizem lutar (UNGA, 2012, p. 11). No entanto, o que foi exposto acima sobre a paranoia pode ser verdade não só para líderes, mas também para cidadãos (FIGUEIREDO; WEINGAST, 1999).

A Guerra Civil Centroafricana teve efeitos bastante nocivos para as relações interétnicas e, especialmente, inter-religiosas para as comunidades da RCA. Com o aumento das tensões políticas, cidades previamente diversas e tolerantes se viram destruídas e fragmentadas, com separações claras entre bairros cristãos e muçulmanos (VICE NEWS, 2015b). Autoridades religiosas locais – como padres e *imãs* – clamam por paz e tentam mediar conflitos; mas a situação é tensa, especialmente nas fronteiras dos bairros muçulmanos da capital, como PK5 e PK12 (VICE NEWS, 2014).

Moradores de Bangui, em entrevistas à Vice News (2014), externaram a sua desconfiança de que mercenários chadianos da ex-Séléka estavam se infiltrando nas tropas da FOMAC e em seus programas de desarmamento para tornar os bairros cristãos mais vulneráveis aos seus ataques. Isso justifica tanto uma resistência ao desarmamento quanto ataques preventivos a muçulmanos suspeitos de serem chadianos. Não pude encontrar nenhuma fonte que corroborasse estas suspeitas. No entanto, quando a sobrevivência de sua família e comunidade está em jogo, acreditar em conspirações pode ser bastante racional. A relação obscura entre o Chade e a ex-Séléka, é claro, também não ajuda.

7 Considerações finais

Não é possível dizer com certeza que se a reação tivesse sido coordenada desde o princípio, a Guerra Civil Centroafricana não ocorreria. Talvez a propensão ao conflito seja tão forte que nem uma mediação bem organizada seria capaz de solucioná-lo. No entanto, é possível afirmar que as mal orquestradas respostas da CEEAC, da UA e da França criaram oportunidades para *forum shopping*, enviaram mensagens dúbias aos atores locais, produziram incentivos perversos e aprofundaram o conflito já existente.

Apesar das diferenças geográficas e culturais, as forças brasileiras possuem uma vantagem comparativa em contribuir para a manutenção da paz – podem emergir como uma força mais neutra. Não são inerentemente suspeitas de estar tentando interferir na política local para benefício próprio, como as do Chade, e nem carregam consigo legados neocoloniais, como as da França.

A maior adversidade política que poderá ser enfrentada pelo Brasil é o risco de que sua missão siga os passos da África do Sul – ou seja, falhas de segurança da missão se tornarem motivos de controvérsia em casa a ponto de que seja necessário chamar as tropas de volta. Em tempos em que o Brasil se recupera de uma recessão econômica através de cortes em programas de governo, será difícil justificar, em pleno ano de eleição, o que nossos soldados fazem na RCA.

A insegurança dos recursos humanos cedidos às missões de paz na RCA deve ser evitada para que a confiança nelas não se debilite ainda mais. Para evitar o cenário acima descrito, é

necessário que tanto o exército e a diplomacia brasileiros entendam bem as dinâmicas de poder locais e regionais na África Central. Isso evitará que a empreitada faça mais mal do que bem ou que a vida de brasileiros seja exposta ao risco desnecessariamente.

A MINUSCA deverá manter contatos com a CEEAC e a UA para zelar pela coerência, coordenação e complementaridade de seus esforços políticos e evitar novas ocasiões de *forum shopping*. O comandante da missão, brasileiro ou não, terá que criar planos de curto e longo prazo para a diminuição da violência comunal, compreender as voláteis dinâmicas de poder em que operam os grupos rebeldes, proteger as instituições estatais e entender que o presidente democraticamente eleito pode sofrer incentivos para ser de menos ajuda no cumprimento do mandato do UNSC. Nada será fácil e de pouco adiantará sem um plano de longo prazo para deixar a RCA menos vulnerável a guerras civis e liberá-la da armadilha de conflito.

Referências

AFRICAN UNION (AU). *Declaration on the Framework for an OUA Response to Unconstitutional Changes of Government*. AHG/Decl. 5 (XXXVI) [S.l.], 2000.

_____. *L'Union Africaine souligne la nécessité d'efforts accrus pour la mise en œuvre des accords de Libreville sur la République Centrafricaine*. [S.l.], Communiqué de Presse, le 2 mars 2013.

AGENCE FRANCE PRESS (AFP). AU readmits Central African Republic. *News24*, 7 Apr. 2016. Disponível em: <<https://www.news24.com/Africa/News/au-readmits-central-african-republic-20160407>>. Acesso em: 8 dez. 2017.

AMABHUNGANE REPORTERS. *Central African Republic: is this what our soldiers died for?* Mail & Guardian, 28 Mar. 2013. Disponível em: <<https://mg.co.za/article/2013-03-28-00-central-african-republic-is-this-what-our-soldiers-died-for>>. Acesso em: 2 dez. 2017.

AMNESTY INTERNATIONAL. *Erased identity: muslims in ethnically-cleansed areas of the Central African Republic*. London: Amnesty International Publications, 2015. p. 23.

BALDÉ, Assanatou. Ange-Félix Patassé: une mort précipitée? *Afrik.com*, 7 Apr. 2011. Disponível em: <<http://www.afrik.com/article22552.html>>. Acesso em: 2 dez. 2017.

_____. Centrafrique: Le président Bozizé craint un coup d'Etat. *Afrik.com*, 26 Dec. 2012. Disponível em: <<http://www.afrik.com/centrafrique-le-president-bozize-craint-un-coup-d-etat>>. Acesso em: 10 dec. 2017.

BENN, Margaux. Newly elected Central African Republic leader faces hard realities. *The New York Times*, 21 Feb. 2016. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2016/02/22/world/africa/newly-elected-central-african-republic-leader-faces-hard-realities.html?r=0>>. Acesso em: 5 jun. 2017.

BRADSHAW, Richard A.; FANDOS-RIUS, Juan. The sultanate of dar al-Kuti. *The History Files*, 15 Dec. 2007. Disponível em: <http://www.historyfiles.co.uk/FeaturesAfrica/AfricaCAR_Dar-al-Kuti01.htm>. Acesso em: 5 jun. 2017.

CAR: chaos, concern and confusion. *Al Jazeera*, 11 Apr. 2013. Disponível em: <<http://www.aljazeera.com/programmes/insidestory/2013/04/20134117553522641.html>>. Acesso em: 2 dez. 2017.

CENTRAFRIQUE: Bozizé accuse le Tchad d'avoir soutenu la rébellion. *L'express*, 2 Apr. 2013. Disponível em: <https://www.lexpress.fr/actualites/1/monde/centrafrique-bozize-accuse-le-tchad-d-avoir-soutenu-la-rebellion_1236858.html>. Acesso em: 1 dez. 2017.

CENTRAFRIQUE: le bureau du Conseil national de transition dissous. *Jeune Afrique*, 5 Aug. 2013. Disponível em: <<http://www.jeuneafrique.com/depeches/31906/politique/centrafrique-le-bureau-du-conseil-national-de-transition-dissous/>>. Acesso em: 7 dez. 2017.

CENTRAFRIQUE: Michel Djotodia dissout la Seleka, beaucoup de questions en suspens. *RFI Afrique*, 14 Sept. 2013. Disponível em: <<http://www.rfi.fr/afrique/20130914-centrafrique-michel-djotodia-dissout-seleka-beaucoup-questions-suspens>>. Acesso em: 7 dez. 2017.

CENTRAL African Republic profile - Leaders. *British Broadcast Corporation*, 3 Sept. 2014. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-africa-13150042>>. Acesso em: 29 jun. 2017.

CENTRAL African Republic's looming crisis. *Al Jazeera*, 29 Dec. 2012. Disponível em: <<http://www.aljazeera.com/programmes/insidestory/2012/12/2012122984433666390.html>>. Acesso em: 4 dez. 2017.

CHÂTELOT, Christophe. La France refuse d'intervenir en Centrafrique. *Le Monde*, 28 Dec. 2012. Disponível em: <http://www.lemonde.fr/afrique/article/2012/12/28/la-france-refuse-d-intervenir-en-centrafrique_1811177_3212.html>. Acesso em: 4 dez. 2017.

COLLIER, Paul. *The bottom billion: why the poorest countries are failing and what we can do about it*. Oxford: Oxford University Press, 2006. 205 p.

_____. *War, guns, and votes: democracy in dangerous places*. New York City: Harper Perennial, 2009. 255 p.

_____; HOFFLER, Anne. Greed and grievance in civil war. *Oxford Economic Papers*, v. 56, p. 563-595, 2004.

DABANY, Jean Rovys. Central African Republic signs peace deal with rebels. *Reuters*, 11 Jan. 2013. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-car-rebels/central->

african-republic-signs-peace-deal-with-rebels-idUSBRE90A0NR20130111>. Acesso em: 28 nov. 2017.

DEBOS, Marielle. Fluid loyalties in a regional crisis: chadian 'ex-liberators' in the Central African Republic. *African Affairs*, v. 107, n. 427, p. 225-241, 2008.

DUCKSTEIN, Stefanie. Chad's role behind the scenes in the Central African Republic. *DW*, 12 Feb. 2014. Disponível em: <<http://www.dw.com/en/chads-role-behind-the-scenes-in-the-central-african-republic/a-17426113>>. Acesso em: 1 dez. 2017.

ECONOMIC COMMUNITY OF CENTRAL AFRICAN STATES (ECCAS). *Déclaration de N'Djamena sur la République Centrafricaine*. [S.l.], 2013.

ESSA, Azad. Newly formed 3R rebel group inflicts horrors in CAR: UN. *Al Jazeera*, 23 Dec. 2016. Disponível em: <<http://www.aljazeera.com/news/2016/12/newly-formed-3r-rebel-group-inflicts-horrors-car-161223035217671.html>>. Acesso em: 11 jul. 2017.

FEARON, James. D.; LAITIN, David. D. Ethnicity, insurgency, and civil war. *American Political Science Review*, v. 97, n. 1, p. 75-90, 2003.

FIGUEIREDO, Rui J. P. de; WEINGAST, Barry R. Rationality of fear: political opportunism and ethnic conflict. In: WALTER, Barbara F.; SNYDER, Jack. *Civil wars, insecurity, and intervention*. New York: Columbia University Press, 1999. p. 261-302.

GLOBAL WITNESS. *Blood timber: how europe helped fund war in the Central African Republic*. London: Global Witness, 2015, p. 59.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP (ICG). Central African Republic: anatomy of a phantom state. *Africa Report*, n. 136, Nairobi/Brussels, 2007, p. 40.

_____. Chad: escaping from the oil trap. *Africa Briefing*, n. 65, Nairobi/Brussels, 2009, p. 20.

_____. *Dangerous little stones: diamonds in the Central African Republic*. [S.l.], n. 167, 2010, p. 26.

_____. *Central African Republic: priorities of the transition*. Nairobi, n. 203, 2013a, p. 38.

_____. *Central African Republic: better late than never*. Nairobi, n. 96, 2013b, p. 13.

_____. *Central African Republic: the roots of violence*. Brussels, n. 230, 2015, p. 41.

KIMBERLEY PROCESS. *Administrative decision on the Central African Republic* [Temporary Suspension]. Kimberley, 2013, p. 1.

MEHLER, Andreas. *The production of insecurity by African Security Forces: insights from Liberia and the Central African Republic*. German Institute of Global and Area Studies, p. 1-29, Nov. 2009a.

Conexão Política, Teresina v. 6, n. 1, 143 – 160, jan./jun. 2017

———. *Reshaping political space?: the impact of the armed insurgency in the Central African Republic on political parties and representation*. German Institute of Global and Area Studies, p. 1-28, Dec. 2009b.

MUDGE, Lewis. World's most neglected conflict rages on in Central African Republic. *Human Rights Watch*, 2017. Disponível em: <<https://www.hrw.org/news/2017/06/05/worlds-most-neglected-conflict-rages-central-african-republic>>. Acesso em: 5 jun. 2017.

NAKO, Madjiasra; NGOUPANA, Paul-Marin. Celebrations in Central African Republic as leader resigns. *Reuters*, 10 Jan. 2014. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/us-centralafrican-djotodia-idUSBREA090GT20140110>>. Acesso em: 29 jun. 2017.

NASCIMENTO, Pedro Henrique L. do. *Theories of ethnic violence: a discussion on identities and violence and a closer look into the central african crisis*. San José: UN-Mandated University for Peace, 2017.

NGOUPANA, Paul-Marin; LEWIS, David. Anti-rebel protestors attack French embassy in CAR. *Reuters*, 26 Dec. 2012. Disponível em: <<https://uk.reuters.com/article/uk-car-rebels-protest/anti-rebel-protestors-attack-french-embassy-in-car-idUKBRE8BP09U20121226>>. Acesso em: 4 dez. 2017.

OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY (OEC). *What does the Central African Republic export?*, [n.d.]. Disponível em: <http://atlas.media.mit.edu/en/visualize/tree_map/hs92/export/caf/all/show/2012/>. Acesso em: 24 jun. 2017.

O'TOOLE, Thomas. *Made in France: the second Central African Republic*. Proceedings of the Meeting of the French Colonial History Society, p. 136-146, 1982.

PEACE AND SECURITY COUNCIL (PSC). *Communiqué: 363rd Meeting of the of the Peace and Security Council on the Situation in Central African Republic (CAR)*. [S.l.], 2013a. (PSC/PR/COMM(CCCLXIII)).

———. *Communiqué: 385th Meeting of the of the Peace and Security Council on the Situation in Central African Republic (CAR)*. [S.l.], 2013b. (PSC/PR/COMM.2(CCCLXXXV)).

POLGREEN, Lydia; SAYARE, Scott. South Africa to withdraw its troops from Central African Republic. *The New York Times*, 4 Apr. 2013. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2013/04/05/world/africa/south-africa-to-withdraw-troops-from-central-african-republic.html>>. Acesso em: 2 dez. 2017.

POWELL, Anita. South Africa sends 400 troops to Central African Republic. *VOA news*, 7 Jan. 2013. Disponível em: <<https://www.voanews.com/a/south-africa-central-africa-republic-troops/1579329.html>>. Acesso em: 2 dez. 2017.

PROFILE: Central African Republic's Michael Djotodia. *British Broadcast Corporation*, 11 Jan. 2014. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/news/world-africa-21938297>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

ROSA, Vera. Brasil ainda avalia riscos de missão de paz na África, diz Aloysio. *Estadão*, 2017. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-ainda-avalia-riscos-de-missao-de-paz-na-africa-diz-alloysio,70002091323>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

SINGH, Amit. France: why intervene in Mali and not Central African Republic? *The Guardian*, 5 Febr. 2013. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2013/feb/05/france-centralafrican-republic-mali-intervention>>. Acesso em: 4 dez. 2017.

SOUDAN, François. Cemac – Affaire Ntsimi: le grand déballage. *Jeune Afrique*, 10 Apr. 2012. Disponível em: <<http://www.jeuneafrique.com/142134/politique/cemac-affaire-ntsimi-le-grand-d-ballage/>>. Acesso em: 2 dez. 2017.

TREVISAN, Cláudia. Brasil enviará mil soldados a missão na República Centro-Africana. *Estadão*, 2017. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-enviara-mil-soldados-a-missao-na-republica-centro-africana,70002087438>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY (UNGA). *Strengthening the role of mediation in the peaceful settlement of disputes, conflict prevention and resolution*. [S.l.], p. 122, 2012. (A/66/811).

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL (UNSC). *Report of the Secretary-General on enhancing mediation and its support activities*. [S.l.], p. 24, 2009. (S/2009/189).

_____. *Resolution 2127*. [S.l.], 2013. (S/RES/2127 (2013)).

_____. *Resolution 2149*. [S.l.], 2014. (S/2014/2149).

VICE NEWS. *War in the Central African Republic (Full Length)*. 25 Mar. 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=VoQAxQgevEA>>. Acesso em: 5 jun. 2017.

_____. *Blood diamonds and religious war: diamonds and division*. 28 Jan. 2015b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FbT_b0obeg8>. Acesso em: 5 jun. 2017.